

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SIL-RIO-GRANDENSE**  
**CONSELHO SUPERIOR**

**REUNIÃO ORDINÁRIA DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014**  
**ATA N.º 09/2014**

1 Às quatorze horas e trinta minutos do dia quinze de dezembro de dois mil e quatorze, no  
2 miniauditório 2 do câmpus Pelotas, realizou-se a reunião ordinária do Conselho Superior, sob a  
3 presidência do reitor, Marcelo Bender Machado. Presentes os conselheiros Rafael Blank Leitzke,  
4 Milton Britto de Almeida, Ricardo Castro Carrilho, Marcos Eli Silveira Echeverria, Marlene  
5 Katrein da Costa, Mack Léo Pedroso, Maria Helena Polgati Moreira, Marlise Sozio Vitcel, Luciana  
6 Neves Loponte, Dalvani Costa de Azevedo, Patrícia Mendes Calixto, Marcos Roberto Miranda  
7 Prietto, Alexandre Pitol Boeira, José Henrique Bassani, Cleiton Xavier dos Santos, Bruno Silveira,  
8 Cristian Oliveira da Conceição, Josi Aparecida de Freitas, Lúcio Geller Júnior, Ana Maria Geller,  
9 Pablo Machado Mendes, Douglas Pinho de Ávila, Daniel Delfini Ribeiro, Leandro da Silva  
10 Camargo, Max Lindoberto Castro Gonçalves, Mauro Castro Martin, Paulo Henrique Asconavieta  
11 da Silva, Osni da Costa Rodrigues, Nelson Luiz Reyes Marques, Gustavo Henrique da Rocha  
12 Foster, Luis Afonso Tavares Alves da Fonseca, Claire Gomes dos Santos, Fernanda Cristina  
13 Camillo, José Luiz Lopes Itturriet, Daltro Ben Hur Ramos de Carvalho Filho, Diego Alessandro  
14 Pereira dos Santos, Braulio Sergio Mewius, Renato Louzada Meireles, Júlio Cesar Mesquita  
15 Ruzicki e os convidados Flávio Luis Barbosa Nunes, Henrique Ziglia Maia, Ricardo Pereira Costa,  
16 Luciano Vitoria Barboza, Manoel José Porto Júnior, Marcos André Betemps Vaz da Silva, Mauro  
17 André Barbosa Cunha e Fabian Eduardo Debenedetti Carbajal e a secretária Marilvana  
18 Giacomelli Tavares. Apresentaram justificativa os conselheiros Daniela Cardoso Salau Barboza,  
19 Irwing Amaral Almeida Pinheiro, Lidiane Cambraia Fonseca, Antônio Marcos Pacheco Coutinho,  
20 Vítor Gonçalves Dias e Cláudia Redecker Schwabe. O primeiro assunto foi a apreciação da ata  
21 07, que com o acréscimo da expressão "e do sindicato para realizar nova eleição" nas linhas 36  
22 e 37, solicitado pela conselheira Fernanda Mello, foi aprovada. A seguir, foram colocadas em  
23 apreciação as portarias *ad referendum* n.ºs 3276, 3426, 3471, 3472, 3575 e 3648/2014. O  
24 conselheiro Osni Rodrigues questionou a inexistência de Parecer da PROEN nas portarias nº  
25 3471, 3472 e 3648. Os convidados Ricardo Costa e Luciano Barboza explicaram que a PREON  
26 constatou a inexistência de autorização de funcionamento para os cursos referidos nas portarias  
27 3471 e 3472 e que o prazo para colocar os dados referentes a eles no SISTEC encerrava em 24  
28 de novembro; que não há parecer da PROEN porque os cursos são feitos em parceria com a  
29 SETEC, de quem tem respaldo. O presidente Marcelo Bender disse que são também  
30 apresentados no CONIF e veiculados em todos os IFs. Salientaram que o programa é em parceria  
31 com o IFRN e o IFC, sendo o IFSul responsável pela elaboração de todo o material didático desses  
32 cursos, através do Núcleo de Tecnologias Educacionais. O presidente Marcelo Bender salientou  
33 que o curso Português para Estrangeiros destina-se principalmente aos parceiros da instituição.  
34 O convidado Ricardo Costa disse que os colegas da reitoria ainda não foram incluídos no SISTEC  
35 porque o sistema não aceita a reitoria como um câmpus, mas que já foi feita demanda à SETEC  
36 para regularizar a situação; que não cadastraram os servidores nos câmpus por não saber se  
37 haverá impacto orçamentário. Disse também que, hoje, todos os alunos do IFSul, em todas as  
38 modalidades, estão cadastrados no SISTEC. O conselheiro Osni Rodrigues considerou então  
39 válida a inexistência de parecer da PROEN por ser curso feito em conjunto com outras  
40 instituições. O convidado Manoel Porto ratificou ser um programa totalmente diferenciado e  
41 disse que ficarão vinculados à Diretoria de Assuntos Internacionais, embora devam passar pelas  
42 pró-reitorias. Em relação à portaria nº 3648, o convidado Luciano Barboza explicou que o curso  
43 de Eletromecânica do câmpus Pelotas mudou de concomitante para subsequente; durante esta



44 tramitação foi constatado que talvez não houvesse como manter os dois, simultaneamente, até  
45 que todos os alunos do primeiro se formassem. Por isso, voltaram atrás, mantendo a estrutura  
46 do concomitante, mas pediram que o subsequente noturno fosse oferecido. Foi feito o edital,  
47 houve a constatação de que o curso não havia sido aprovado, o que gerou a necessidade da  
48 portaria. Ressaltou que o curso já tinha sido analisado e que há parecer. Em votação, todas as  
49 portarias foram aprovadas. Antes de dar continuidade à pauta foi aberto espaço a **informes**: o  
50 conselheiro Júlio Ruzicki pediu a reinclusão da pauta 11, que havia sido retirada a pedido do  
51 conselheiro Ricardo Carrilho. Disse que tem parecer do advogado do SINASEFE sobre a situação  
52 da proposta atual e que, pela importância do assunto, deveria ser apreciado, o que foi aceito  
53 pelo Conselho. O presidente Marcelo Bender informou ter sido eleito vice-presidente do CONIF  
54 e também presidente do FORGEP; que no próximo ano, estará em pauta, no MEC, a discussão  
55 do técnico-substituto e do RSC para técnico-administrativos; que já foi feita minuta e entregue  
56 à SETEC, mas salientou ser um processo mais complicado do que o de docentes por atingir  
57 técnico-administrativos das universidades e da Esplanada. A conselheira Ana Geller parabenizou  
58 a todos os envolvidos na elaboração das provas de Libras, pela qualidade alcançada. O  
59 convidado Manoel Porto ressaltou a importância do trabalho feito pela equipe do  
60 Departamento de Educação Inclusiva, DES e campus Pelotas, bem como ao servidor Gledinilson,  
61 responsável pela edição; mencionou a importância de fazer campanhas junto a instituições que  
62 trabalham com surdos para ampliar o trabalho desenvolvido pela instituição. O presidente  
63 informou que a discussão referente à normativa do relacionamento do IFSul com a Fundação  
64 seria tratado na próxima reunião, em função de o convidado responsável pela apresentação ter  
65 sido chamado nesta data pela CGU. O conselheiro Osni Rodrigues pediu que o assunto já viesse  
66 acompanhado de parecer jurídico. Dando sequência, os convidados Ricardo Costa e Luciano  
67 Barbosa colocaram-se à disposição para esclarecimentos sobre os assuntos encaminhados pela  
68 PROEN: **projeto pedagógico do programa e-Tec Idiomas sem Fronteiras - Português para**  
69 **Estrangeiros; alteração da carga horária total do curso técnico em Mecânica - forma**  
70 **subsequente, do campus Passo Fundo; alteração do POV Campus Pelotas-Visconde da Graça**  
71 **- da especialização técnica de nível médio; calendário letivo 2015 do campus avançado Novo**  
72 **Hamburgo; reformulação do projeto pedagógico do curso superior de tecnologia em Sistemas**  
73 **para Internet, do campus Pelotas; reformulação do projeto pedagógico do curso técnico em**  
74 **Informática - forma integrada, do campus Charqueadas; inclusão do POV do campus avançado**  
75 **Novo Hamburgo no PDI; adequação da carga horária total do curso técnico em Manutenção e**  
76 **Suporte em Informática - EJA, do campus Camaquã e projeto pedagógico do curso técnico em**  
77 **Mecatrônica - do campus avançado Novo Hamburgo.** O conselheiro Osni Rodrigues perguntou  
78 qual a justificativa para o cancelamento de oferta de vagas em 2015/1, na especialização técnica  
79 de nível médio do Campus Pelotas-Visconde da Graça. O convidado Luciano Barboza explicou  
80 que o cancelamento ocorreu em virtude da greve, que impediu a implementação do curso agora,  
81 prorrogando-o para 2016/1, o que permitirá sua melhor estruturação durante o próximo ano.  
82 Não havendo mais nenhum destaque, todas os assuntos encaminhados pela PROEN foram  
83 aprovados por unanimidade. O convidado Henrique Maia apresentou o **Plano de Auditoria**  
84 **Interna - PAINT.** Disse que a CGU inseriu alguns assuntos que não constavam na auditoria  
85 anterior; que dos cinco itens elencados, um já está resolvido, três foram justificados e que o  
86 outro, referente aos imóveis da instituição estará solucionado; que a situação mais complexa é  
87 a dominialidade do Campus Pelotas-Visconde da Graça, mas que até o meio do ano o IFSul terá  
88 o domínio da área do Campus Pelotas-Visconde da Graça; que o imóvel já foi repatriado para a  
89 União, que fará a doação ao IFSul; que a CGU mencionou auditar a área de TI; que não há  
90 servidores habilitados nesta área e que em 2015 será feita a devida capacitação, permitindo a  
91 auditoria numa área que é estratégica. Que, afora isso, o Plano foi aprovado pela CGU, que o  
92 Conselho pode sugerir alguma alteração, mas a palavra final é da CGU. O conselheiro Osni  
93 Rodrigues questionou, no critério da criticidade, componente três, a disparidade de valores  
94 entre campus e reitoria. O convidado Henrique Maia explicou que a atribuição de valores  
95 diferentes desses implicará mudança da matriz. O conselheiro Cristian Conceição parabenizou



96 pelo trabalho que vem sendo feito pela Unidade de Auditoria. Não havendo outros destaques,  
97 o PAINT foi aprovado por unanimidade. O assunto a seguir foi a **criação de câmaras para**  
98 **discussão prévia dos assuntos a serem tratados nas reuniões do Conselho.** O presidente  
99 Marcelo Bender sugeriu que fosse buscada uma área piloto para observar como se daria o  
100 processo. O conselheiro Rafael Leitzke considerou ser importante por focar os assuntos em  
101 câmaras, que também trariam parecer nas reuniões e disse que devem ser identificadas quais  
102 câmaras deveriam existir. O conselheiro Alexandre Pitó concordou, mas lembrou a dificuldade  
103 de deslocamento, sugerindo o uso da teleconferência. Lembrou que os novos cursos deveriam  
104 ser apresentados pelos diretores. A conselheira Ana Geller sugeriu a criação de comissões por  
105 áreas de conhecimento, aproveitando a existência de servidores de várias áreas nos câmpus.  
106 Após ampla discussão sobre o assunto, e tendo os conselheiros se manifestado favoráveis à  
107 criação das câmaras, uma vez que os assuntos serão melhor encaminhados, permitindo uma  
108 tomada de posição mais segura, a mesma foi aprovada; foi perguntado quem gostaria de  
109 participar da comissão para a criação de comissões pareceristas. Manifestaram-se os  
110 conselheiros Ana Geller, Fernanda Mello, Milton Almeida e Renato Meireles, que deverão  
111 apresentar o resultado do estudo na segunda reunião ordinária de 2015. O assunto seguinte foi  
112 o **Regimento Geral** do IFSul. O convidado Mauro Cunha lembrou que os itens alterados no  
113 Estatuto, aprovados na reunião extraordinária do Conselho, obrigatoriamente devem ser  
114 alterados no Regimento. O presidente Marcelo Bender lembrou que o primeiro Regimento  
115 deveria ser revisado depois de três anos, isto é, até o fim de 2013; que, quando assumiu, propôs  
116 nova estrutura, que seria revisada até setembro 2014, tendo sido prorrogada até dezembro. O  
117 convidado Mauro Cunha lembrou que para aprovar o regimento há necessidade de 40 votos  
118 (dois terços dos conselheiros); que alterá-lo é mais difícil do que alterar o estatuto; que o novo  
119 modelo propõe dois terços de pessoas, ficando igual ao estatuto. O convidado Manoel Porto  
120 disse que mudar o quórum de votantes cria uma armadilha, pois há períodos em que se torna  
121 difícil a presença maciça de conselheiros; que há dificuldade dos câmpus que não podem trazer  
122 todos seus representantes; que foi criado um conselho bastante participativo com o objetivo de  
123 ter um ambiente democrático, não de inviabilizar as tomadas de decisões. Defendeu a exigência  
124 de quórum para mudar tanto o estatuto quanto o regimento, mas, havendo quórum devem ser  
125 considerados os presentes. Disse que exigir dois terços inviabiliza qualquer mudança e que deve  
126 haver consenso e acordo entre todos pela votação anterior; que deve ser votado primeiro a  
127 mudança que deixa da mesma forma a mudança de aprovação nos dois documentos. O  
128 presidente Marcelo Bender propôs que a primeira alteração do regimento fosse a da redação  
129 do parágrafo único do art. 176, que deveria ser "dois terços dos conselheiros presentes na  
130 sessão do Conselho Superior". O conselheiro Milton Almeida disse que tudo que fosse votado  
131 hoje, seria à luz do documento anterior, por isso precisa conhecer o rito. O convidado Mauro  
132 Cunha disse que a mudança de estatuto já foi aprovada. Os conselheiros Milton Almeida e Rafael  
133 Leitzke defenderam que o documento aprovado só será válido após sua publicação, tendo este  
134 último dito que os dois documentos não poderiam ser alterados no mesmo dia. O convidado  
135 Mauro Cunha lembrou que o regimento não pode ferir o estatuto, que é o documento maior;  
136 que a partir de agora o que vale é o que foi aprovado na reunião extraordinária. O presidente  
137 retirou a proposta, atendendo à situação levantada pelo conselheiro Rafael Leitzke, referente à  
138 publicidade, e perguntou quais outras questões levantadas não foram aprovadas no estatuto e  
139 se haverá quórum para votá-las. O convidado Manoel Porto disse que primeiro deve ser votado  
140 o art. 177, que define a partir de quando vigora o documento, pois se for aprovada a vigência a  
141 partir da aprovação pelo Conselho, o outro artigo já poderá ser votado. O convidado Henrique  
142 Maia considerou difícil votar hoje em função do quórum reduzido; lembrou que todos os  
143 conselheiros têm suplente e também a obrigação de avisar com antecedência sua  
144 impossibilidade de comparecimento. O conselheiro Alexandre Pitó disse que o poder está sendo  
145 retirado do Conselho Superior e é o próprio Conselho é o responsável por isso, já que não está  
146 comparecendo em massa às reuniões. O conselheiro José Itturriet lembrou que as pessoas  
147 fizeram todo o trabalho em seus câmpus durante meses, que respeita a situação apontada pelo



148 colega referente ao Câmpus Pelotas-Visconde da Graça, mas não pode ficar atrelado à situação  
149 de chegar à reunião e não ter o trabalho votado porque o mesmo não foi feito por outros  
150 colegas; que fica difícil sentir o trabalho feito valorizado. O presidente disse que a obrigação de  
151 trazer os conselheiros é dos diretores; que se os conselheiros não avisam em tempo hábil, a  
152 secretaria não tem como convocar o suplente; que há problema com os conselheiros externos  
153 e egressos, cuja presença é difícil de exigir; que as decisões cabem aos que estão presentes. O  
154 convidado Manoel Porto disse que a justificativa de não ter os dois terços para votar vai terminar  
155 com a representatividade do Conselho. O conselheiro Paulo Asconavieta discordou com a  
156 responsabilidade dos diretores em relação a trazer os conselheiros, uma vez que, às vezes, já  
157 estão na cidade onde está sendo realizada a reunião com antecedência por outros  
158 compromissos. Disse que seu câmpus sempre está representado e a ausência, nesta reunião,  
159 deu-se por fatalidades: o pai do conselheiro Miguel Dinis sofreu um AVC na véspera e o suplente  
160 não pôde vir em função da data limite para emissão das diárias e o discente Paulo Cardozo  
161 formou-se, estando correndo o processo para eleição de novo representante e o representante  
162 técnico está com provas na faculdade; que não houve nenhum movimento da direção para  
163 trazê-los ou não. O conselheiro Osni Rodrigues disse que cinquenta por cento dos presentes não  
164 poderiam alterar nem regimento nem estatuto e defendeu que, tanto a votação quanto o  
165 quórum devem ser com três quartos dos conselheiros. O presidente reconheceu a dificuldade  
166 de conselheiros comparecerem em alguma situação ou período do ano. O conselheiro Alexandre  
167 Pitol manifestou-se sobre a ausência sistemática dos representantes externos. O presidente  
168 disse que o objetivo de buscar pessoas externas é dar credibilidade as nossas decisões, mas que  
169 não há como obriga-los a comparecer. O presidente disse que o que foi aprovado no estatuto  
170 tem que ser alterado no regimento e para as demais propostas só há dois encaminhamentos:  
171 aprovar por unanimidade ou votar na próxima reunião e gostaria da aprovação unânime porque  
172 é um processo de resposta de seu comprometimento com a comunidade que pediu a  
173 reavaliação do regimento geral; que o trabalho desenvolvido foi disponibilizado a toda  
174 comunidade e gostaria de vê-lo aprovado como veio das comunidades. O conselheiro Ricardo  
175 Carrilho disse que a convocação deveria sempre ser atendida e questionou se os faltantes  
176 justificam. A secretária Marilvana Tavares disse que a maioria justifica no tempo previsto no  
177 regimento; que chegando em tempo na secretaria, a secretária convoca o suplente; que quem  
178 não justifica em três dias é considerando faltante. O presidente, percebendo a preocupação dos  
179 presentes com a ausência de muitos conselheiros sugeriu que, a partir da próxima sessão, a lista  
180 de presenças seja publicada no link do Conselho, na página do IFSul, para que as comunidades  
181 que os elegeram possam acompanhar se estão ou não sendo representadas. O presidente pediu  
182 à secretaria que fosse feita avaliação daqueles que faltaram mais de três vezes, comunicando-  
183 os que estão desligados do Conselho, tendo a secretária dito que isto ocorre habitualmente. O  
184 conselheiro Milton Almeida disse que se for votado em bloco, vai se abster, pois não teve como  
185 ler o documento. O presidente sugeriu colocá-lo à disposição, item a item, para votar o que tiver  
186 destaque. O conselheiro Rafael Leitzke disse ter novo encaminhamento, que seria necessário  
187 retornar ao estatuto, alterando a sua data de vigência para primeiro de março e faz-se a  
188 publicação no DOU ainda esta semana e, na primeira reunião de 2015, que deve ser em data  
189 anterior a primeiro de março, aprova-se o regimento com base no estatuto que já vai estar  
190 publicado e os dois entram em vigência na mesma data. O presidente sugeriu alterar o art. 176,  
191 para que possam ser avaliadas e votadas as alterações do regimento. Neste momento, foi feito  
192 intervalo para cafézinho. Retomando os trabalhos, a discussão do regimento ficou em suspenso,  
193 passando-se à discussão da alteração da **Resolução 81 – Regulamento de Afastamento para**  
194 **Capacitação**. O conselheiro Júlio Ruzicki leu o parecer do SINASEFE. A conselheira Fernanda  
195 Mello perguntou se o assunto iria ser discutido, já que foi comunicado aos conselheiros,  
196 anteriormente à sua retirada de pauta; que entendeu que seria discutido, ao final, se o assunto  
197 deveria ou não voltar à discussão; que entende que, para ser discutido, precisaria da presença  
198 dos componentes da comissão que criou a RAC, para esclarecer e fazer a defesa. O presidente  
199 propôs que o assunto fosse discutido na próxima reunião. A conselheira Fernanda Mello disse







252 o câmpus avançado Novo Hamburgo continua vinculado a Sapiranga, aguardando portaria do  
253 MEC, ocasião em que deverá ser feita nova alteração no regimento. O presidente lembrou que  
254 o documento já passou por discussões na comunidade, o que deverá levar a poucas sugestões  
255 de alterações e que alguma mudança deverá ser feita com consenso; que itens em que não  
256 houver consenso deverão ser deixados para a próxima reunião e que vai considerar aprovados  
257 os itens em que não houver destaque. O convidado Mauro Cunha explicou que a troca da  
258 expressão diretores-gerais por diretores permitirá a participação dos diretores dos câmpus  
259 avançados nas reuniões de CONSUP e CODIR. O conselheiro Osni Rodrigues manifestou-se em  
260 relação ao § 1º do art. 5, dizendo-se contrário à participação dos diretores dos novos câmpus  
261 até que todos os seus segmentos tenham representantes, garantindo a paridade. O convidado  
262 Mauro Cunha lembrou que os diretores representam o Colégio de Dirigentes, são membros  
263 natos e não entram na paridade. A conselheira Fernanda Mello reportou-se à situação dos  
264 representantes da reitoria no Conselho, quando houve dificuldade na organização dos  
265 segmentos e que, tendo levado a situação ao Conselho, este manifestou-se favorável à  
266 participação dos representantes do segmento já organizado. O presidente Marcelo Bender disse  
267 que a motivação é para que a instituição tenha somente câmpus e não câmpus avançados, pois  
268 os diretores dos câmpus avançados ficam alijados do processo participativo e que a instituição  
269 quer ter os cargos e funções para todas as unidades. O convidado Mauro Cunha lembrou que  
270 alteração na paridade deve ser feita no Estatuto, em reunião extraordinária, não no regimento.  
271 O presidente Marcelo Bender sugeriu que a discussão da alteração do texto no Estatuto, se  
272 houver, seja feita em próxima reunião e que o hoje o regimento seja votado como proposto. O  
273 convidado Fabian Carbajal ratificou a fala do presidente, lembrando que muitas discussões feitas  
274 no Conselho atingem situações que se refletem nos câmpus avançados. Em relação ao artigo 6º,  
275 o conselheiro Milton Almeida lembrou que não podem existir conselhos deliberativos no âmbito  
276 dos câmpus. O presidente Marcelo Bender afirmou que, por lei, só o Conselho Superior é  
277 deliberativo e o convidado Henrique Maia lembrou que a Unidade de Auditoria já precisou  
278 responder ao Ministério Público acerca da unicidade institucional e que os procedimentos  
279 devem ser similares em todos os câmpus. O conselheiro Pablo Mendes questionou se o Conselho  
280 pode interferir no regimento específico de cada câmpus. O convidado Mauro Cunha disse ser  
281 contrário ao artigo 6º, já que não houve discussão paralela sobre conselhos de câmpus. Após  
282 discussões, o artigo foi retirado do regulamento. O conselheiro Rafael Leitzke disse sentir-se  
283 incomodado com a palavra assessorias, no plural, porque, na estrutura atual só há uma e  
284 gostaria que no regimento fosse mantida no singular. Relativamente ao artigo 19, o conselheiro  
285 Milton Almeida, disse não existir órgão que garanta a articulação entre ensino, pesquisa e  
286 extensão e que deve ser competência do vice-reitor. O presidente Marcelo Bender lembrou que  
287 a legalidade engessa a instituição em cinco pró-reitorias e não dá direito ao cargo de vice-reitor,  
288 mas que, com o tamanho que a instituição tomou, sua figura se torna imprescindível, uma vez  
289 que o reitor não tem condições de atender as quatorze unidades. Salientou que há perspectivas  
290 de mudanças na legislação que permita a criação de novos cargos. Com a aprovação dos  
291 conselheiros ficou decidida a inclusão da promoção e articulação entre ensino, pesquisa e  
292 extensão nas competências do vice-reitor. O convidado Mauro Cunha explicou que a  
293 manutenção da Diretoria Executiva da Reitoria objetiva permitir que o vice-reitor exerça  
294 efetivamente sua função, deixando à DER atribuições referentes a convênios e processos  
295 seletivos. O conselheiro Milton Almeida disse estar preocupado com a criação de muitas  
296 funções. O presidente Marcelo Bender disse não ter sido criada nenhuma função, apenas feitos  
297 remanejamentos na estrutura ou mudanças no nome dos setores. O convidado Mauro Cunha  
298 explicou a inclusão dos núcleos no regimento para que, quando criados nos câmpus já tenham  
299 suas diretrizes; que NAPNE, NUGAI e NEABI serão obrigatórios para todos e os demais, se  
300 houver, terão regulamento único; que outros poderão ser criados e se quiserem ter  
301 competência própria deverão fazer regulamento e submetê-lo ao CONSUP; que os núcleos  
302 constarão da estrutura. O conselheiro Rafael Leitzke disse que não consta no PDI o NUGAI como  
303 obrigatório, tendo o convidado Mauro Cunha dito que o mesmo deve ser aditado no PDI. Em



304 relação ao art. 176, o convidado Mauro Cunha disse que estaria sendo trocado para ficar igual  
305 ao estatuto, pois hoje exige votação de dois terços e ficaria quórum paritário de dois terços;  
306 perguntou se gostariam de manter como estava para posterior discussão e alteração do  
307 estatuto, já que hoje é um contrassenso pois está mais fácil alterar o estatuto do que o  
308 regimento. O conselheiro Rafael Leitzke sugeriu que volte à redação anterior, alterando o  
309 estatuto, o que foi aceito, evidenciado o desejo de que haja mais participação nas reuniões; a  
310 alteração no estatuto deverá ser feita na próxima reunião extraordinária. Foi discutida, em  
311 relação a data de vigência do regimento, se na data de aprovação pelo Conselho, através de  
312 Resolução, ou se na data da publicação no DOU, ficando definida a primeira. Foi discutido se o  
313 regimento seria publicado na íntegra no DOU ou se apenas o extrato, decidindo-se pela consulta  
314 sobre o procedimento adequado. A discussão seguinte foi referente a data para aprovação dos  
315 regimentos dos câmpus; o convidado Mauro Cunha disse que, em reunião do CODIR, foi  
316 solicitado que o CONSUP a definisse; que poderá ser colocado até dezembro do ano que vem,  
317 mas há câmpus que precisam fazer seus regimentos, outros ainda não usaram algumas funções,  
318 pois esperam pelo regimento; sugeriu maio ou junho, lembrando que os câmpus maiores  
319 precisam de mais tempo para as discussões; que a data escolhida deve ser efetivamente  
320 cumprida. Após discutido o assunto, ficou definido o mês de junho 2015 como data limite para  
321 aprovação dos regimentos dos câmpus. Com as alterações propostas e o compromisso de alterar  
322 o estatuto, no artigo referente ao quórum para votação e aprovação, o regimento geral foi  
323 aprovado. O convidado Mauro Cunha falou sobre a estrutura, onde consta o quadro de CDs e  
324 FGs, perguntando se havia algum destaque. O conselheiro Rafael Leitzke reforçou sua  
325 discordância com a CD3 para vice-reitor, dizendo que deveria ser CD2, pois está sendo forçada  
326 uma situação que não sabe até que ponto é viável; que uma vez criada a função de vice-reitor e  
327 definidas suas atribuições está definida também a hierarquia; que do seu ponto de vista não é  
328 ético nem moral que essa pessoa tenha CD inferior a diretor-geral ou pró-reitor; entende que  
329 se está querendo forçar uma situação, mas que não há nada que diga que um pró-reitor deva  
330 ter CD2. Saliu que o câmpus Pelotas é favorável a criação da função de vice-reitor, mas  
331 contrário à concessão de CD3. Reforçou que sua posição contrária é como conselheiro e não  
332 como representante do câmpus Pelotas. Sugere devolver à comissão para estudar de onde tirar  
333 a CD2, deixando uma pró-reitoria com CD3, com o que concordaram os conselheiros Osni  
334 Rodrigues e Marco Eli Echeverria. O presidente Marcelo Bender disse que o país está numa fase  
335 de transição e as coisas não acontecem na rapidez desejada; que quer buscar no CONIF o ajuste  
336 dos IFEs no seu processo de consolidação, mas que esse é um processo de força política na  
337 proposição; que a questão do vice-reitor é uma posição política: nomeá-lo e buscar mais uma  
338 pró-reitoria; que agora, a retirada de uma CD2 de uma pró-reitoria desestabilizaria o sistema,  
339 pois todas elas precisam continuar fortalecidas para desenvolver a grande quantidade de  
340 atribuições que têm. A conselheira Luciana Loponte perguntou se, nesta medida, a longo prazo,  
341 poderia se levar aos câmpus a função de vice-diretor-geral, com o que o presidente concordou.  
342 Após discussão, a estrutura de cargos e funções foi posta em votação, tendo sido aprovada com  
343 trinta votos, havendo seis contrários e quatro abstenções. O convidado Henrique Maia pediu  
344 que ficasse registrado que o conselheiro Pablo Mendes mostrou-lhe a minuta do regimento do  
345 câmpus Camaquã, onde constam várias atividades de deliberação do conselho do câmpus,  
346 esclarecendo que o CONSUP é o órgão máximo da instituição e o único que delibera; que quando  
347 um câmpus propõe, precisa submeter ao Conselho, pois são os conselheiros que assinam o  
348 relatório de gestão; que quer evitar que os câmpus tragam regimentos ao Conselho e que,  
349 quando indeferidos, seja informado no câmpus que o Conselho não aceitou o que eles fizeram;  
350 que não devem ser criadas expectativas nos câmpus de que irão deliberar, porque não irão;  
351 ratificou que o único Conselho que delibera é este. O conselheiro Alexandre Pitol lembrou que,  
352 na gestão anterior, foi dito que nem tudo precisaria passar pelo CONSUP. O convidado Henrique  
353 Maia disse que o conselho de câmpus serve para ajudar o gestor nas decisões que traria para o  
354 Conselho. O presidente Marcelo Bender considerou que nem todos os conselheiros conhecem  
355 a estrutura da instituição e sugeriu que sejam ofertados cursos básicos, via online, para os novos



356 conselheiros, para que possam conhecer ações de diversos setores, como auditoria, gestão  
357 financeira, etc.; disse que a DDI deverá buscar e proporcionar um modelo de formação para o  
358 CONSUP. Nada mais havendo a tratar, a reunião encerrou às dezoito horas e vinte minutos, e  
359 eu, Stela Castro, digitei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos presentes.

    
      
      
      
    
   
 